

## APRESENTAÇÃO

O Brasil paralisado. No Congresso, uma disputa feroz decide quem estará no comando do governo que continuará a implementação de medidas duras, apresentadas como indispensáveis: o pernicioso ajuste fiscal e as transformações estruturais que suprimem direitos sociais e trabalhistas. Por outro lado, e em parte como consequência, a economia do país mergulha numa crise assustadora. Sua proporção e duração já são dramáticas, mas ainda não se pode estimar o limite do processo em curso, principalmente se se considera que a orientação geral da política macroeconômica empregada para confrontar o problema não prevê elementos que produzam efeito anticíclico relevante.

Os cortes orçamentários atingem em cheio os assim-chamados gastos sociais – um eufemismo para designar obrigações irrevogáveis do Estado e indispensáveis ao país, como a saúde, a assistência e previdência sociais e a educação. Por outro lado, dados oficiais revelam subsídios ao setor empresarial (particularmente ao grande capital) que chegam à monta de aproximados 350 bilhões de reais apenas no período em que a atual presidente comanda o país (o primeiro mandato e este em curso). Isso sem contar o fato de o ajuste fiscal ter caráter fortemente regressivo, preservando as desonerações às aplicações de capital de curto prazo e esquivando-se quanto à possibilidade de tributar grandes fortunas.

No setor educacional, os temores de uma completa mercantilização do ensino superior são plenamente justificados. A crise gravíssima das universidades públicas e o corte das verbas para pesquisa são a contrapartida dramática do apoio ostensivo ao avanço do setor privado. Grandes conglomerados empresariais do campo da educação exibem

balanços com lucros expressivos, anabolizados pelas verbas públicas materializadas em subsídios e bolsas de estudo. Avançam a educação à distância, a terceirização (que aportou com tudo nos hospitais universitários geridos pela famigerada EBSEH) e os programas de voluntariado, enquanto, no cotidiano, os professores das universidades públicas e privadas – como seus colegas do ensino fundamental e médio – enfrentam carências de toda ordem e um brutal arrocho salarial.

Em síntese, o cenário do país é tenebroso e não há indícios de bonança para além de uma aparentemente interminável tempestade. A condição atual torna inimaginável o efeito de um aprofundamento da crise internacional sobre a situação econômica e política que se acabou de descrever. A incerteza e a profundidade da conjuntura repercutem sobre a produção acadêmica, que se demonstra cautelosa em ajuizá-la. Tomando a Revista da SEP como referência, cresceu a submissão de artigos de conteúdo mais propriamente teórico e/ou histórico, reduzindo-se as análises de conjuntura e os trabalhos aplicados em geral.

Dentre os seis artigos que compõem a edição atual da Revista, seu número 42, apenas um trata do Brasil contemporâneo, justamente o primeiro artigo intitulado “Mercado de trabalho e a evolução dos salários no Brasil”. Seu autor,

Ricardo Summa, examina os elementos que possibilitaram, até 2014, uma indubitável melhora nas condições gerais do “mercado de trabalho”. O corte cronológico do artigo não abrange o período da recente crise, nem seria prudente fazê-lo, considerando a dificuldade de análise da complexa conjuntura atual.

O segundo artigo, escrito por Daniel Feldmann, já se volta para uma temática teórica, percorrendo de forma muito articulada as obras de Schumpeter, Keynes e Hayek para apontar os limites de crítica destes autores ao utilitarismo. A interessante estrutura do artigo abrange, portanto, uma dupla contraposição: ao utilitarismo e às concepções dos três autores destacados. Em seguida, o trabalho de Tainá Alcantara de Carvalho, intitulado “O ‘segundo violino’: contribuições de Engels às questões sociais”, chama a atenção para a importância de Engels na conformação do marxismo. Como sugerido pelo título, o autor destaca particularmente a contribuição de Engels para o exame das assim-chamadas questões sociais – isto é, mazelas provocadas pelo desenvolvimento capitalista, como o empobrecimento da classe trabalhadora e a manipulação predatória da natureza.

Lucas Milanez de Lima Almeida e Nelson Rosas Ribeiro ocupam-se, no terceiro trabalho da edição, de um tema teórico da maior relevância, ao menos na tradição marxista: a

forma como o processo de concorrência “ensina” o gerenciamento adequado do capital para a própria classe capitalista. Ao examinar o comportamento apropriado à administração do capital, os autores revelam a existência de uma de ética capitalista objetiva. Com isso, os autores esperam ter lançado as bases para uma espécie de microeconomia crítica, marxista.

Os dois últimos trabalhos da edição visitam a história e a história das ideias de modo mais direto. Carlos Alberto Cordovano Vieira persegue um objeto de interesse de muitos pesquisadores: a transição para o capitalismo. No trabalho “Capital mercantil na transição ao capitalismo: esboço para uma apropriação do debate historiográfico”, Vieira questiona interpretações consagradas da transição do feudalismo ao capitalismo, lançando ao primeiro plano a formação da história mundial.

O último artigo da edição, redigido por Jorge Varaschin, discute a história econômica do país, concentrando-se no turbulento e interessante período João Goulart. Varaschin discute particularmente a política econômica adotada no período Goulart, que, segundo sua interpretação, responde a estímulos emanados tanto da conjuntura de 1961 a 1964, quanto da

estrutura. No caso da conjuntura, o elemento decisivo para a conformação da política econômica é o acirramento do conflito social (e sua expressão política); no caso da estrutura, fundamental é a redução da força dinâmica do processo de substituição de importações.

A edição se encerra com a resenha do livro “The failure of capitalist production: underlying causes of the Great Recession”, redigido por Andrew Kliman, publicado pela Pluto Press de Nova Iorque em 2012. O livro foi resenhado de forma muito competente por Henrique Morrone.

Como tem ocorrido desde o número 39, a Revista tem buscado uma integração direta com o Encontro Nacional de Economia Política. Dois trabalhos aqui publicados, justamente os dois últimos artigos (de Carlos Alberto Cordovano Vieira e Jorge Varaschin), foram também apresentados no Encontro. Fica registrado, mais uma vez, nosso agradecimento aos apoiadores de sua XX edição, realizada em Foz do Iguaçu, entre 26 e 29 de maio de 2015: Itaipu Binacional, Capes, CNPq, IPEA, BNDEs, Caixa e Fundação Araucária, além da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, que sediou o evento.